

## ANÁLISE TÉCNICA E REGISTRO DE REUNIÃO

**Processo Licitatório nº. 085/2025**

**Dispensa Eletrônica Emergencial nº. 016/2025**

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar rural de alunos matriculados no Ensino Público Estadual, residentes na zona rural do Município de Catuji/MG, destinada ao atendimento referente ao sexto horário.

### 1. Contextualização da Dispensa Emergencial

O presente processo foi instaurado com fundamento no **art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista a necessidade emergencial de garantir o transporte escolar rural dos alunos da rede estadual de ensino, garantindo o acesso às unidades educacionais durante o ano letivo de 2025. O recurso financeiro destinado ao Programa de Transporte Escolar (PTE) foi disponibilizado ao Município em **18/10/2025**, o que demandou rápida instrução processual para proporcionar a execução do serviço, conforme demanda, especialmente diante da urgência reconhecida pela Secretaria Municipal de Educação.

### 2. Questionamentos apresentados pela empresa participante

Em **12/11/2025**, a empresa participante **Construtora SGCC LTDA** (CNPJ: 19.225.876/0001-64) apresentou questionamentos formais durante a etapa de Habilitação e julgamento da Dispensa Eletrônica, alegando:

#### 2.1. Ausência de previsão do critério de preferência regional

A empresa afirmou que:

- O critério de preferência regional não constava no Aviso de Contratação Direta nº 016/2025, nem no Termo de Referência.
- A única preferência prevista era a destinada a ME/EPP nos Lotes 01 e 02.
- A aplicação de critério não previsto violaria o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório** (art. 5º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021).

#### 2.2. Alegação de violação ao Decreto Federal nº 8.538/2015

A participante sustentou que:

- O art. 11 do referido Decreto estabelece que o tratamento diferenciado somente pode ser aplicado se estiver **expressamente previsto no instrumento convocatório**.
- Assim, sua aplicação sem previsão configuraria ilegalidade.

### 2.3. Inconsistência do critério geográfico (com inclusão da fundamentação municipal)

A empresa argumentou que:

*"Sua sede em Joáima/MG estaria geograficamente mais próxima de Catuji do que municípios considerados como regionais nos cadastros do sistema. Questionou a exclusão de Joáima da regionalização aplicada, considerando que o Decreto Federal nº 8.538/2015 define "âmbito regional" como o limite estadual."*

#### Esclarecimentos da Administração:

O Município informou que a definição de regionalidade utilizada nos processos administrativos e licitatórios é baseada **nos registros oficiais de mesorregiões e microrregiões do Estado de Minas Gerais**, conforme publicação disponibilizada pelo Governo do Estado no documento:

*"Lista de Mesorregiões e Microrregiões – Estado de Minas Gerais", disponível em:*  
[https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas\\_10\\_2\\_04\\_listamesomicro.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf).

Assim, a classificação adotada pela Administração Pública **segue estritamente** as divisões oficiais de microrregiões reconhecidas pelo Estado, não sendo possível ao Município redefinir ou flexibilizar tais agrupamentos conforme critérios isolados ou subjetivos de distância rodoviária. Ademais, o Município possui Decreto regulamentador que concede tratamento diferenciado as ME e EPPs atendendo a referido critério, como forma de fomentar o desenvolvimento regional.

De acordo com essa referência oficial:

- **Catuji/MG** integra uma microrregião específica;
- **Joáima/MG**, embora relativamente próxima geograficamente, pertence a outra microrregião distinta;

Algumas cidades mais distantes podem pertencer à mesma microrregião de Catuji, justificando sua classificação como regionais nos cadastros utilizados, ainda que a quilometragem seja maior. Dessa forma, a aplicação do critério regional pela Administração não decorreu de discricionariedade, mas sim da **adoção de um padrão técnico e oficial**, garantindo isonomia e padronização nos

procedimentos. Diante desses pontos, a empresa solicitou **revisão e anulação** da aplicação do benefício de preferência regional nos Lotes 01 e 03.

### 3. Suspensão do Processo

Considerando a necessidade de análise técnica e jurídica das alegações, o processo foi **suspenso em 12/11/2025**, nos termos do art. 71, §3º, da Lei 14.133/2021, para garantir a apuração adequada dos fatos e a observância dos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

### 4. Reunião interna para deliberação

No dia **19/11/2025**, reuniram-se:

- Agente de Contratação
- Membros da Equipe de Apoio
- Assessoria Jurídica do Município
- Secretário Municipal de Administração e Planejamento
- Secretária Municipal de Educação

com o objetivo de avaliar a viabilidade de prosseguimento da contratação emergencial diante:

- do curto prazo remanescente do ano letivo (encerramento das aulas: **17/12/2025**);
- do tempo já consumido pela suspensão e análise jurídica;
- da necessidade de assegurar segurança jurídica ao processo;
- da impossibilidade de execução integral do contrato no pouco tempo restante;
- da informação repassada pela Secretaria de Educação de que, próximo ao encerramento do ano letivo, o fluxo de alunos reduz significativamente devido ao período de fechamento de notas e conclusões escolares;
- da orientação do Programa de Transporte Escolar (PTE) de que, ao final do ano, é realizado o extrato da conta, sendo **mais adequado** iniciar a execução contratual no início do próximo ano letivo.

### 5. Conclusão da Equipe Técnica

Após análise conjunta, concluiu-se:

1. **Não é viável** prosseguir com a contratação emergencial, pois não haverá tempo hábil para execução contratual que justifique a medida excepcional.
2. Não se vislumbra execução eficiente do objeto entre **19/11 e 17/12**, período inferior a 30 dias.
3. A continuidade do procedimento, após questionamentos sem resolução imediata, poderia comprometer a segurança jurídica da contratação.

4. A solução administrativa mais adequada, proporcional e conveniente é a **revogação do processo de dispensa**, com base no **art. 71, caput, da Lei 14.133/2021**, por razões de interesse público superveniente.

#### 6. Sugestão Técnica

A Equipe Técnica recomenda à Autoridade Competente a **REVOGAÇÃO** do Processo de Dispensa nº 016/2025, com fundamento:

- no art. 71, inciso II, da Lei 14.133/2021 (revogação por razões de interesse público devidamente fundamentadas);
- no princípio da motivação;
- na ausência de tempo hábil para conclusão e execução do objeto;
- na necessidade de resguardar a economicidade e a eficiência administrativa;
- na adequação do início da contratação ao início do ano letivo de 2026.

#### 7. Garantia do Direito ao Contraditório e Ampla Defesa

Nos termos do **art. 165, §1º, da Lei 14.133/2021**, antes da **decisão final de revogação**, deverá ser concedido à empresa participante **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** para apresentar manifestação ou interpor recurso, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Além disso, a decisão deve observar integralmente os seguintes dispositivos legais:

- **Art. 71, II, da Lei nº 14.133/2021:** prevê que, após o encerramento da fase de habilitação e o esgotamento dos recursos, a autoridade superior poderá decidir pela **REVOGAÇÃO** do processo por motivo de conveniência e oportunidade, evidenciando a necessidade de resguardar o interesse público em qualquer etapa procedimental, conforme fundamentado.
- **Art. 71, §3º:** determina expressamente que, tanto nos casos de **anulação** quanto de **revogação**, deve ser **assegurada a prévia manifestação dos interessados**, reforçando a obrigatoriedade de garantir a participação dos licitantes antes da decisão definitiva.

#### 8. Encaminhamento


Submete-se o presente documento à Autoridade Competente para:

1. Aprovação da **revogação, com fundamento no art. 71, inciso II da Lei nº 14.133/2021**;
2. Publicação da decisão no sistema;
3. Comunicação formal às empresas participantes;
4. Registro do encerramento do procedimento;
5. Planejamento de nova contratação no início do ano letivo de 2026.



Encaminho este documento para ciência e solicitamos posicionamento da autoridade competente.


Catuji-MG, 19 de novembro de 2025.

  
**Sthefannie Morcira de Almeida**


Agente de Contratação – Prefeitura Municipal de Catuji/MG

  
**Irani Pereira Soares**

Equipe de Apoio

  
**Reginaldo Gomes Pereira**

Equipe de Apoio

  
**Renzo Batista Silva**

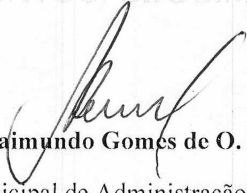
Equipe de Apoio

  
**Luisangelo Gonçalves Sena**

Procuradoria Municipal

**Maximilian Aparecida Teixeira de Souza**

Secretaria Municipal de Educação

  
**José Raimundo Gomes de O. Júnior**

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento